

1 

canções

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
PORTO COVO
ATA DA REUNIÃO DE 27 DE ABRIL DE 2026
SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N.º 01/2026

-----Aos vinte e sete dias de abril de dois mil e vinte e seis, realizou-se no auditório da Junta de Freguesia de Porto Covo, uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com as seguintes presenças. ---

MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA: -----

Presidente: Miguel Paulo Ferreira Ribeiro

1.ª Secretária: Cláudia Sofia Oliveira Rosa

2.ª Secretária: Catarina Marques Nobre de Sousa

Vítor Gregório de Jesus Pereira dos Reis

Ana Raquel da Silva Costa Gil

Maria Manuela das Neves Zacarias Davide

Lénia Isabel da Silva Gonçalves Izidro

FALTAS JUSTIFICADAS: -----

Dinis Filipe Lourenço Loja

Nicole Isabel Marques Góis Mateus Gonçalves

Paulo Jorge Lavadinho da Silva

Inês Sabido Santos

André Alves Rosa

Helder Filipe Lourenço da Costa

EXECUTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA: -----

Presidente: José Pedro do Nascimento Arsénio

Secretária: Ana Paula de Jesus Pereira Sabido

----- Verificada a falta justificada dos Membros da Assembleia: Dinis Loja, Nicole Gonçalves, Paulo Silva, Inês Santos, André Rosa e Helder Costa, o Presidente da Assembleia nomeou os eleitos imediatamente a seguir na lista, Ana Gil, Maria Manuela Davide e Lénia Izidro, como seus substitutos. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- O Presidente da Assembleia, **Miguel Ribeiro**, deu as boas-vindas a todos e informa que serão concedidos, aproximadamente, vinte minutos para intervenções antes da ordem do dia. -----

A) Intervenção do público -----

Não havendo nenhuma intervenção do público, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

B) Período antes da ordem do dia -----

O membro da Assembleia Vítor Reis, pede a palavra e diz que as questões que quer expor têm mais a ver com a Câmara do que com a Junta, mas quer saber até que ponto existe mais alguma informação além daquela que é do conhecimento público. -----

Refere que relativamente às obras de acesso às praias, tinha sido anunciada a realização de uma requalificação, mas até ao momento ainda não se verificou qualquer intervenção, pelo que gostaria de saber se existe alguma data prevista para o início dos trabalhos. -----

Relativamente à reparação da estrada que liga Porto Covo a Sines, e não se refere à estrada junto ao mar, sobre a qual já foi dada resposta pela Câmara, mas sim à estrada alternativa uma vez que, atualmente, com todo o tráfego a ser desviado para esse percurso, a situação se tornou bastante complicada. Questiona se, uma vez que se trata de um troço da estrada nacional, não é suposto a Câmara ou a Junta exercerem alguma pressão junto da IP, e se está a ser desenvolvida alguma diligência no sentido de garantir que a mesma seja reparada.

Quanto ao troço que pertence à Câmara, desde o cruzamento até à entrada de Porto Covo, existe um buraco enorme precisamente na ligação entre a estrada nacional e a estrada camarária. Na sua perspetiva, esse problema localiza-se mais do lado da responsabilidade da Câmara do que propriamente da IP. Além disso, prejudica diariamente todos os que ali circulam, pelo que considera necessário exercer alguma pressão junto da Câmara para que o mesmo seja tapado. Trata-se de um buraco bastante grande para os automóveis,



Handwritten signature and initials, possibly 'R.' and 'C. Gomes'.

embora, em termos de reparação, não lhe pareça uma intervenção de grande dimensão. -----

Outra questão que entende estar mais relacionada com a Junta, e que já tinha sido abordada na reunião anterior, prende-se com os arbustos junto à Estrada da Ilha. Tem conhecimento que a Junta, logo após as eleições, efetuou alguns cortes de vegetação, tendo a situação melhorado nessa altura, mas considera que deverá ser o proprietário do terreno a proceder à respetiva limpeza. -----

----- O Presidente da Junta **José Pedro Arsénio**, pergunta a que estrada se está a referir. -----

O membro da Assembleia, **Vítor Reis**, esclarece que está a falar da estrada que vai para a Ilha, antes do cruzamento, e que considera que a situação não será da responsabilidade da Junta. No entanto, entende que o proprietário do terreno deverá ser notificado para proceder ao corte da vegetação, uma vez que existem normas relativamente à distância da berma e à altura das árvores e arbustos. Na estrada que vai para a Ilha, logo após a curva, a parte mais alta das árvores já se aproxima do traço contínuo, ou seja, quando chegar o verão, se uma autocaravana se cruzar com outro veículo já tem dificuldade em passar naquele local. Refere que o terreno é privado e que os proprietários têm a obrigação de cortar os ramos e a vegetação para que não invadam a estrada, considerando, por isso, importante que esses proprietários sejam devidamente notificados. -----

Pergunta se os montes de terra que têm vindo a aumentar junto ao Clube são para fazer alguma obra. -----

Refere também que, na Estrada da Ilha, existe um poste de telecomunicações completamente inclinado para a estrada e considera que só por sorte ainda não ocorreu ali nenhum acidente. Sabe que a responsabilidade financeira não é nem da Câmara nem da Junta, mas entende que deverá ser notificada a operadora responsável, neste caso a MEO, para proceder à resolução da situação. Acrescenta que, muitas vezes, os acidentes acontecem precisamente porque nada é feito antes

de ocorrerem e considera que, se a Junta enviar um ofício, a operadora será obrigada a resolver o problema. Salaria ainda que esta diligência não acarreta qualquer custo para a Junta e poderá evitar um acidente no futuro. -----

Por último, pergunta se existe alguma previsão para a colocação de contentores na lixeira situada junto ao cemitério, que continua a aumentar, acumulando materiais poluentes junto ao terreno. Considera tratar-se de uma má imagem e que, em termos legais, a situação não é muito razoável. -----

----- O **Presidente da Junta** cumprimenta todos os presentes e informa que, relativamente aos acessos às praias, a informação de que dispõe é que a obra já foi adjudicada, prevendo-se o seu início até meados de maio, de forma a que a época balnear possa arrancar com os acessos já requalificados. -----

----- A membro da Assembleia **Ana Gil** pergunta que tipo de intervenção irá ser realizada. -----

----- O **Presidente da Junta** informa que a requalificação contempla as escadas da Praia do Banho, das duas praias da Cerca Nova, da Praia do Salto e da Samoqueira Sul. Explica que grande parte da intervenção vai incidir sobre os corrimões, por estarem bastante deteriorados. Refere ainda que, por imposição do ICNF e da Agência Portuguesa do Ambiente, a Junta não pode utilizar betão nem ferro para substituir as estruturas existentes, tendo-se optado pela utilização de madeira, material cuja aplicação é permitida. Acrescenta que, nalguns casos, será feito o revestimento das escadas, enquanto nas estruturas que se encontram em melhor estado será apenas colocado o corrimão. -----

A intervenção mais significativa será na Praia do Salto, onde está prevista a construção de um passadiço até à escada, a partir do local onde habitualmente os veículos estacionam, porque o piso existente é de areão e o acesso é atualmente feito entre duas escarpas, situação que considera bastante perigosa. Assim, esta intervenção surge



Handwritten signature and initials, possibly "R." and "C. Cabrese".

essencialmente como uma medida de proteção e segurança para os utilizadores daquele acesso. -----

Trata-se de uma obra que não é muito difícil de executar e que a Junta já vinha a reivindicar há cerca de três anos, não só pela necessidade da intervenção, mas também pelas reclamações relativas aos acessos às praias que têm surgido todos os verões, a Junta não podia intervir dentro das suas próprias possibilidades, sendo necessária uma intervenção mais "musculada" por parte da Câmara, uma vez que o valor envolvido é algo que a Junta não teria capacidade para suportar. Relativamente à Estrada Nacional 120, o Presidente refere que, na fase em que a situação esteve mais crítica, foi enviado um ofício à Infraestruturas de Portugal (IP), tendo esta respondido que não dispunha de meios nem de pessoal para proceder à reparação. No entanto, passado cerca de uma semana, acabaram por deslocar-se ao local e tapar os buracos existentes. Acrescenta que tem conhecimento de que, por exemplo, na estrada que liga Cercal a Vila Nova de Milfontes chegou a estar prevista uma manifestação da população, mas que, após diligências de uma deputada da Assembleia da República junto da IP, foi possível acelerar o processo, tendo as obras sido iniciadas pouco tempo depois. Nesse sentido, refere que, caso o Vítor possa reforçar o apelo à necessidade de reparação da estrada, a Junta agradece, uma vez que quanto mais entidades e pessoas se juntarem a esta reivindicação, maior será a capacidade de fazer ouvir os interesses da população. -----

Assim, o que foi feito foi dar conhecimento do mau estado do piso e solicitar a sua reparação, uma vez que estava em causa a segurança das pessoas que ali circulam. Tendo em consideração que a via alternativa se encontra encerrada e que esta estrada serve muita população, nomeadamente Vila Nova de Milfontes, Cercal e toda a zona a sul, sendo por isso uma via com bastante tráfego. Na altura, foi respondido que a IP não dispunha de meios nem de recursos para a intervenção. Informa também que o buraco localizado no cruzamento

da Estrada Nacional 120 com a Estrada Municipal 554 já foi sinalizado e que a sua reparação deverá ser realizada ainda durante esta semana. Quanto à limpeza das árvores, refere que, regra geral, quando os serviços procedem à limpeza das bermas, é também efetuada a limpeza das árvores, ainda que isso não seja necessariamente responsabilidade direta da Junta. No entanto, sempre que possível, aproveita-se a intervenção para realizar ambas as limpezas. Informa que o mesmo procedimento é feito da propriedade da Parreira, à estrada que segue para a Cabeça da Cabra e que liga à rotunda. A estrada que vai da 544 até ao cruzamento já não tem árvores, mas a intervenção estende-se também ao caminho vicinal desde a rotunda da Parreira até ao Monte da Chaminé. Acrescenta que a Junta está, neste momento, a fazer um procedimento para a aquisição de mais um braço roça mato, de forma a permitir a execução deste tipo de trabalhos em elevação para os quais é necessário esse equipamento. - Quanto à estrada da Ilha do Pessegueiro, refere que a Junta já interveio em grande parte da estrada com a limpeza das árvores. No troço mencionado pelo Vítor, essa intervenção ainda não foi realizada, mas salienta que já existe no local uma faixa de gestão de combustível limpa. -----

Explica que devido às condições em que se encontra o poste de telecomunicações ao cortar as árvores, estas podem cair sobre os cabos e por esse motivo é necessária uma intervenção por parte da operadora de comunicações que já foi solicitada, no sentido de proceder à estabilização do poste. A solução poderá passar por uma operação conjunta, em que a Junta realiza a limpeza enquanto a operadora assegura a fixação do poste. -----

Informa que o depósito de terra junto ao Clube é temporário. Têm havido escavação de caves num curto espaço de tempo e os empreiteiros não têm conseguido transporte para fazer escoar a terra e pediram se podiam deixar ali a terra temporariamente, material que a Junta tem utilizado para os arranjos de caminhos rurais, não iremos



h.
SP.
Câmara

utilizar a terra toda, mas há o compromisso por parte dos empreiteiros de procederem à sua remoção. -----

Quanto à separação de resíduos, refere que existe uma delegação de competências, e ficou sob responsabilidade da Junta a recolha de resíduos à volta dos contentores. A Câmara tem uma prestação de serviços com a Tersines para que, semanalmente, seja efetuada a recolha de monos, mas o que está a falhar é precisamente essa recolha, que não tem sido realizada sequer com regularidade mensal. Em consequência, o lixo vai-se acumulando, criando uma situação que considera ser uma verdadeira "bomba-relógio". Perante este cenário, existem duas opções, ou a Junta deixa de fazer a recolha junto aos contentores e o lixo vai-se avolumar, ou continua a trabalhar, ainda que, a infringir as regras. -----

Informa que a Junta teve uma reunião com a Câmara Municipal e com a Ambilital, no sentido de se avançar com a colocação desses contentores. O propósito da reunião até era a criação de um ecocentro entre as freguesias de Vila Nova de Milfontes e Porto Covo, que pudesse servir todo aquele território, tendo em conta o volume significativo de resíduos produzidos, especialmente durante a época balnear uma vez que estas duas freguesias são, em todo o Alentejo Litoral, aquelas que mais resíduos recicláveis produzem ao longo de cerca de três meses. Existe o compromisso de se proceder à colocação dos contentores, mas antes é necessário assegurar a limpeza total do espaço, sendo essa fase da responsabilidade da Câmara Municipal. ---

Resumindo, há o compromisso da Câmara de fazer cumprir aquilo que é a prestação de serviços e se o prestador não cumprir, a Câmara assume e faz a deposição em aterro, assumindo a Junta o compromisso de separar os colchões porque têm de ser desmantelados e este é o ponto de situação em que estamos. -----

Não é nada agradável de se dizer, não é um bom cartão de visita, não é uma situação que nos agrada, mas também não podemos fazer algo

que não depende de nós e para dar resposta às necessidades da população estamos em incumprimento. -----

----- O membro da Assembleia **Vitor Reis** diz que sendo assim está do lado da Câmara. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que neste caso até está do lado do prestador de serviços, e a Câmara tem de fazer cumprir a prestação de serviços. -----

----- O membro da Assembleia **Vitor Reis** diz que o cumprimento da prestação dos serviços deve ser exigido por quem os contratou, neste caso se o contrato é com a Câmara é a Câmara que tem de exigir. ---

----- O **Presidente da Junta** reforça que o que está na descentralização de competências para ser cumprido pela Junta é apenas a recolha porta a porta mediante o pedido, e à volta dos contentores. -----

----- O membro da Assembleia **Vitor Reis** diz que é essencial que realmente a Câmara Municipal crie das devidas condições para que a Junta possa colocar as coisas dentro das normas. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que o que está previsto é a limpeza do terreno, a colocação de contentores e a impermeabilização do terreno para que se faça uma deposição, caso seja necessário, com as devidas condições. -----

----- O membro da Assembleia **Vitor Reis** diz que para que isso aconteça deve haver pressão dos representantes na Assembleia Municipal. -----

----- O **Presidente da Assembleia** pergunta se não existe a hipótese de se proceder à reparação do caminho de terra batida que liga a Vieirinha a Morgavel, uma vez que, apesar de não se encontrar dentro da freguesia, poderia constituir uma alternativa para evitar o tráfego e as filas. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que há o compromisso com a Câmara de se reparar o caminho, tal como o caminho da barragem, mas vai ser o último a ser intervencionado. No sábado fez-se desde o

9
h.
\$2
Catarina

Bico da Daroeira até á curva da Ilha, hoje foi o da Fonte Mouro até ao Pessegueiro, amanhã vai ser o da Cabeça da Cabra até à Ilha do Pessegueiro, depois vai ser o do Forte do Pessegueiro até ao Queimado e depois até à Ribeira da Azenha, e fica a faltar o caminho do Vale Travessinho, Palrão, Sobroso que é o limite da freguesia pela Casa Velha e embora o caminho seja comum às Freguesias do Cercal e de Porto Covo, a Junta assumiu essa responsabilidade. -----

----- A 2.ª secretária **Catarina Sousa**, pergunta como está a situação do polo de saúde. -----

O **Presidente da Junta** informa que falou com o administrador do hospital na passada sexta-feira, que lhe transmitiu que falta concluir os trabalhos de eletricidade e repor o painel solar que foi danificado pelo temporal. Ao que respondeu que a ausência do painel solar não é impeditiva da abertura do polo de saúde. -----

----- O **Presidente da Assembleia** pergunta se os contentores onde funcionava a Gralha vão ser retirados. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que abordou esse assunto com a Câmara Municipal uma vez que o anterior executivo tinha a vontade de retirar e de fazer a desinfeção. -----

----- A membro da Assembleia **Ana Gil**, pergunta se a casa onde funcionava a antiga pré-primária vai ficar. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que é para retirar também. -----

----- O **Presidente da Assembleia** diz que vai ter de se acautelar a possível existência de ratos por baixo dos contentores. -----

----- O membro da Assembleia **Vitor Reis** diz que visualmente tem um impacto terrível. -----

C) Assuntos da ordem do dia: -----

1.º Ponto: Apreciação e votação da ata da reunião anterior. ---

----- O **Presidente da Assembleia** coloca em análise e votação o primeiro ponto o qual foi aprovado por unanimidade. -----

2.º Ponto: Apreciação da atividade da Junta no 1.º trimestre de 2026. -----

----- **O Presidente da Assembleia** coloca em análise segundo ponto e passa a palavra ao Presidente da Junta. -----

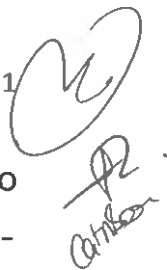
----- **O Presidente da Junta** refere que este foi um trimestre mais exigente, tendo em consideração a ocorrência de intempéries. Relativamente aos caminhos rurais, houve situações em que algumas pessoas não conseguiam chegar a casa e a Junta não podia intervir de imediato, uma vez que qualquer intervenção naquele momento poderia inviabilizar totalmente a passagem. As pessoas nem sempre compreendiam essa situação, tendo sido necessária alguma gestão e articulação para garantir o acesso às habitações sem comprometer definitivamente a circulação. Por esse motivo, registaram-se algumas contrariedades durante o trimestre, as quais se encontram já sanadas, estando atualmente a atividade a decorrer com normalidade. -----

Informa ainda que se vai dar início à substituição total das casas de banho da escola, para resolver de uma vez por todas a questão dos autoclismos. Refere que, hoje, teve lugar uma reunião na escola, no âmbito da visita da Câmara Municipal às instalações escolares, durante a qual esses assuntos foram abordados. Existe o compromisso da Junta proceder à substituição dos equipamentos sanitários, enquanto a Câmara Municipal irá também intervir no telhado da escola, de forma a evitar infiltrações. -----

----- **O Presidente da Assembleia** pergunta se a intervenção é para iniciar agora ou no Verão. -----

----- **O Presidente da Junta** diz que será só para o final do ano uma vez que tem de ser orçamentado e todas as escolas do parque escolar em Sines têm necessidades nesta matéria o que carece de um acompanhamento mais aprofundado. -----

3.º Ponto: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas e do relatório de gestão relativos ao ano de 2025. ---



----- O **Presidente da Assembleia** coloca em análise o terceiro ponto. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que o que consta do relatório de gestão é a suma do trabalho desenvolvido nos quatro trimestres e que já foram aqui apreciados. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca o terceiro ponto à votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

4.º Ponto: Apreciação e votação da 1.ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2026. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca em apreciação o quarto ponto. -----

----- O **Presidente da Junta** refere que, basicamente, o documento contempla a inclusão do saldo de gerência do ano anterior, no valor de 127.162,00 € bem como uma pequena correção nas rubricas relativas à transferência de competências e às transferências do Município. Inicialmente, tinha sido orçamentada uma atualização de 4%, mas veio a verificar-se uma atualização efetiva de 5,55%, sendo a diferença de 1,55% agora incorporada no orçamento. Refere ainda que esse valor permitirá o reforço de determinadas rubricas orçamentais. -----

----- O **Presidente da Assembleia** pergunta se o FFF também aumenta. -----

----- O **Presidente da Junta** informa que houve um aumento de 2 mil euros, o que representa um valor reduzido face às despesas. Refere ainda que esse montante já se encontra contemplado no orçamento, uma vez que, através do Orçamento do Estado, a Junta é previamente informada do valor a receber. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca o quarto ponto à votação o qual é aprovado por unanimidade. -----

5.º Ponto: Apreciação e votação da 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de 2026. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca em apreciação o quinto ponto. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que o documento reflete a parte do investimento as despesas de capital que são canalizadas para determinadas intervenções, e que vão para além de um ano. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca o quinto ponto à votação o qual é aprovado por unanimidade. -----

6.º Ponto: Apreciação do Inventário do Património. -----

----- O **Presidente da Assembleia** colocou em análise o sexto ponto o qual não suscitou qualquer dúvida. -----

7.º Ponto: Apreciação e votação da proposta de 1.ª alteração ao Contrato Interadministrativo e ao Auto de Transferência de Recursos Financeiros, com vista à atualização dos montantes a transferir do Município para a Freguesia no ano de 2026. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca em análise o sétimo ponto. -----

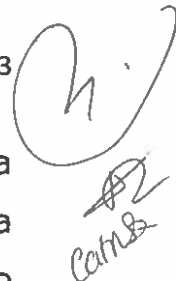
----- O **Presidente da Junta** diz informa que a atualização se deve à inflação de 2024 e 2025 e depois tem o coeficiente de 2026 o que faz os 5,15% no valor de 37.448,98 €. -----

----- O **Presidente da Assembleia** coloca o sexto ponto à votação o qual é aprovado por unanimidade. -----

8.º Ponto: Apreciação e votação da proposta de elevação da Povoação de Porto Covo à categoria de Vila. -----

----- O **Presidente da Assembleia** colocou em análise o oitavo ponto. -----

----- O **Presidente da Junta** refere que, não existindo atualmente a categoria de Aldeia, Porto Covo é considerado um Lugar, existindo depois as categorias de Vila e de Cidade. Considera que, tendo em conta o crescimento e o impacto que Porto Covo já tem, é de elementar justiça a sua elevação à categoria de Vila. Esclarece que esta alteração não representa qualquer benefício em termos administrativos ou financeiros, tratando-se sobretudo de uma questão de orgulho e de sentimento de pertença, bem como do reconhecimento da sua importância e evolução. Refere ainda que, apesar de Porto Covo não



h.
P2
CalmB

ter o número de habitantes normalmente exigido para a elevação a Vila, dispõe de um conjunto de serviços superior ao exigido para localidades com cerca de 3 mil habitantes. Assim, deixa à consideração da Assembleia a respetiva memória descritiva, informando que, caso a proposta seja aprovada, a mesma será remetida à Assembleia da República. -----

----- O Membro da Assembleia **Vitor Reis** refere que a diferença entre os habitantes existentes e o que é exigido no mínimo é ainda muito significativo. -----

----- O **Presidente da Junta** refere estes dados dizem respeito ao número de habitantes apurados nos Censos de 2021, salientando que até 2026, se verificou um crescimento não apenas do número de eleitores, mas também da população residente. Acrescenta que existem ainda as pessoas que, não sendo eleitores, são habitantes. Reconhece que Porto Covo não cumpre integralmente o critério relativo ao número de habitantes exigido, mas considera que a Assembleia da República poderá aprovar a sua elevação à categoria de Vila, tendo em conta fatores como o número de residentes, os serviços existentes, a importância e a dimensão da localidade, critérios que considera que já se encontram reunidos. -----

----- O Membro da Assembleia **Vitor Reis** refere que estava apenas a considerar a questão em termos do número de eleitores e questiona se a elevação a Vila implica alguns custos. -----

----- O **Presidente da Junta** esclarece que a alteração não implica quaisquer custos nem receitas. -----

----- O Membro da Assembleia **Vitor Reis** conclui que, não existem benefícios financeiros, mas também não temos de fazer nenhum investimento. -----

----- O **Presidente da Junta** refere que a questão pode também ser encarada como um princípio, uma vez que ao passar à categoria de Vila, Porto Covo poderá vir a exigir uma resposta diferente em termos de investimento e essa valorização poderá contribuir para um maior

reconhecimento da sua importância e potenciar outras oportunidades de investimento e desenvolvimento. -----

----- O Membro da Assembleia **Vitor Reis** refere que, em termos de estrutura pode-se manter tudo exatamente como está. -----

----- O **Presidente da Junta** diz que a única alteração é que Porto Covo deixa de ser apenas um Lugar e passa a ser uma Vila. -----

----- O **Presidente da Assembleia** pergunta se a proposta vai à Assembleia Municipal ou se vai diretamente para a Assembleia da República. -----

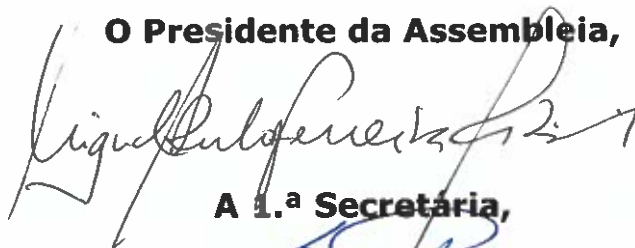
----- O **Presidente da Junta** esclarece que a proposta de elevação de Lugares a Vilas ou Cidades pode ser apresentada pelas Assembleias de Freguesia, pelas Assembleias Municipais ou pelos Deputados. Neste caso, a proposta será dirigida diretamente à Assembleia da República.

----- O **Presidente da Assembleia** coloca o oitavo ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

De seguida, procedeu-se à aprovação, por unanimidade, de todos os pontos em minuta, para que produzam efeitos legais imediatos. -----

----- Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia encerrou a reunião às 22h52 horas, do dia 27 de abril do ano de dois mil e vinte e seis, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia,



A 1.ª Secretária,



O 2.º Secretário,

Catarina Marques de Saze